

Milei e Bolsonaro: duas faces de uma moeda populista

Filipe Vasconcelos Romão

Ciclos curtos

As presidenciais argentinas celebradas no ano passado vieram confirmar o predomínio dos ciclos curtos na política latino-americana. Num continente dominado por sistemas presidencialistas (a grande exceção na América é o parlamentarismo canadiano), durante anos, depois do regresso da democracia à América Latina, no final da década de 80 do século XX, a reeleição parecia estar garantida para os presidentes em funções. A popularidade dos mandatários em exercício levou mesmo a reformas constitucionais que abriram portas à reeleição imediata em sistemas em que esta não era permitida – Argentina com Carlos Menem (1994); Brasil com Fernando Henrique Cardoso (1997); e Colômbia com Álvaro Uribe (2005).

Nos últimos anos, a tendência inverteu-se, tornando-se a reeleição ou a eleição de um candidato apoiado pelo presidente em exercício muito mais difícil. Para esta maior instabilidade contribuiu o deteriorar da situação económica ditado por crises, pela pandemia ou pela quebra do preço das matérias-primas. A crescente exposição de escândalos de corrupção, fruto de processos judiciais, também tornou as opiniões públicas mais cépticas em relação à classe política. Os partidos moderados não conseguiram responder com propostas de regeneração da vida pública, o que provocou um vazio preenchido por discursos

justicialistas com origem nos extremos.

“(...)a memória dos períodos de ditadura militar desempenha um papel diferente para a extrema-direita dos diferentes países(...)”

Um dos exemplos mais evidentes deste novo quadro foi o proporcionado por Jair Bolsonaro que, sobre os destroços provocados pela Operação “Lava-Jato” no sistema político brasileiro, em 2018, conseguiu erguer uma candidatura presidencial vencedora que derrotou o centro/centro-direita tradicional, representado por Geraldo Alckmin (4,76%), logo na primeira-volta, e o candidato do Partido dos Trabalhadores, Fernando Haddad (44,87%), na segunda-volta. Mais recentemente, em 2021, a segunda-volta da eleição presidencial chilena foi disputada entre o candidato da esquerda radical, Gabriel Boric, e José Antonio Kast, um assumido saudosista do ditador Augusto Pinochet. Entre os dois superaram os 52% na primeira-volta, relegando os candidatos dos partidos tradicionais para posições residuais.

O caso brasileiro também pode ilustrar o facto de nem os extremismos escaparem à voragem eleitoral que “tritura” governos nacionais: o mesmo Jair Bolsonaro, que vencera inusitadamen-

te em 2018, perdeu, em 2022, quando tentava a reeleição contra Lula da Silva. O extremar de posições e as barricadas ideológicas tornam praticamente impossíveis as cedências à outra parte e o desenho de políticas com um mínimo de consenso, o que dificulta o exercício do poder com uma base de apoio mais alargada e pode inviabilizar a reeleição de governos.

A memória da ditadura militar

Quando olhamos para a realidade latino-americana, constatamos que cada país tem os extremos que ditam as suas circunstâncias específicas. A este respeito, a memória dos períodos de ditadura militar desempenha um papel diferente para a extrema-direita dos diferentes países.

No Brasil, país com um sistema eleitoral que favorece a multipolarização partidária sem base ideológica, um deputado conhecido por transitar de partido em partido e por ter tentado rebelar-se contras as chefias quando pertencia ao exército, ergueu-se como paladino da honestidade e defensor do regresso à política do protagonismo dos militares. Depois de quase vinte e nove anos no Congresso dos Deputados e sem qualquer registo legislativo digno de nota, Bolsonaro chegou à chefia de Estado e, com isso, uma série de cargos passaram a ser exercidos por oficiais das forças armadas.

Se, no Brasil, a chefia da ditadura militar foi mais difusa e a sua memória

é utilizada sobretudo para alegar ser esse um período com menos corrupção e mais competência, no Chile, a imagem de Augusto Pinochet é muito marcante, por ter sido o único líder do período militar e por ter o seu exercício de poder associado à liberalização e ao arranque da economia. Assim, o novo saudosismo de Pinochet conta com argumentos que permitem escamotear a violência e a repressão e centrar o discurso na dimensão económica e na forma como esta permitiu ao país destacar-se na região. Já a ditadura militar argentina foi das mais violentas da América do Sul do seu período e redundou num enorme fiasco económico. A sua recordação não é um activo político nem económico sob nenhuma perspectiva.

e proteccionistas, por outro. Este é o grande legado do peronismo, movimento populista que domina a política do país desde a segunda metade dos anos quarenta do século passado. Mais do que ser de direita ou de esquerda, parece importar saber como cada partido ou corrente se posiciona em relação ao peronismo e, por inerência, à ideia de um sector produtivo nacional protegido (mesmo que não competitivo no exterior).

O fenómeno Javier Milei encaixa, assim, nestas circunstâncias muito específicas da política argentina. Por facilidade de organização, a imprensa tende a classificá-lo como sendo de extrema-direita, baseando-se nas autoproclamadas afinidades com a família Bolsonaro, com Donald Trump ou

ra em relação a Bolsonaro. O anterior presidente brasileiro fazia gala num comportamento semelhante ao do que considerava ser o cidadão comum. Essa imagem de um político muito distante das elites tradicionais ter-lhe-á permitido conectar com uma cidadania cansada pela percepção de uma corrupção generalizada que a distanciava dos mais poderosos. Milei, pelo contrário, pretende projectar-se como um intelectual: tornou-se conhecido como um comentador que se destacava pelo discurso e cenografia violentos, mas também pelos argumentos baseados no cruzamento de dados quantitativos sobre a economia argentina com os postulados dos seus autores de cabeceira. Construiu uma candidatura presidencial assente numa espécie de

Sergio MASSA
UNIÓN POR LA PATRIA

36,68%

Javier MILEI
LA LIBERTAD AVANZA

29,98%

Patricia BULLRICH
JUNTOS POR EL CAMBIO

23,83%

Argentina e Brasil

Na Argentina, o grande protagonista continua a ser um debate que, na sua essência, se centra na posição económica que o país deverá ter no mundo. Sobre as discussões ideológicas e políticas mais imediatistas, paira sempre o espectro da dicotomia proteccionismo/liberalismo. Cada momento da história recente é lido à luz da forma como a economia foi gerida, o que permite agrupar períodos democráticos e autoritários liberais, por um lado,

com Giorgia Meloni. Porém, o discurso de Milei é muito mais centrado numa obsessão liberalizadora do que no elogio à ditadura militar ou na defesa de políticas xenófobas. Para o actual presidente argentino, a grande causa da decadência do país é a presença do Estado numa economia impulsiona da por elites corruptas e essa deve ser combatida com a “política da motosserra” que permitirá cortar privilégios ilegítimos.

Javier Milei conta com um elemento que o diferencia de forma muito cla-

positivismo, dando por adquirido o carácter científico das suas soluções para devolver a Argentina ao grupo dos países mais desenvolvidos.

A forma como Milei e Bolsonaro pretendem projectar a sua imagem não é coincidente, mas a clivagem entre elites (“casta”, nas palavras do argentino) e cidadania comum (brasileiros e argentinos “de bem”) é idêntica nos dois discursos. Este ponto levou-os a não mencionar, durante a campanha eleitoral, abertura para acordos com outros partidos e instituições para

viabilizar as suas propostas. O presidencialismo permite uma maior autonomia do governo em relação ao parlamento, mas não é sinónimo de ditadura, pelo que este sistema de governo requer um diálogo entre os poderes executivo e legislativo para assim se poder viabilizar um programa. No início do mandato, Bolsonaro tentou contornar a necessidade de diálogo com a classe política – Câmara dos Deputados e Senado – recorrendo às forças armadas para fornecer quadros para uma espécie de governo tecnocrático. A ideia de que os militares seriam uma categoria profissional especialmente capacitada do ponto de vista técnico e imune à corrupção ia ao encontro da já mencionada visão benévola do período da ditadura militar, tantas vezes manifestada pelo deputado e candidato presidencial Bolsonaro. O bloqueio na tramitação de leis levou-o, no entanto, a assumir uma posição mais pragmática a meio do mandato e a optar por uma prática política muito mais próxima da dos seus antecessores. O governo Bolsonaro terminou, aliás, sob fortes críticas ao que a oposição denominava como o “orçamento secreto”, prática pouco

transparente de aprovação de propostas governamentais em troca de provisão de fundos para solicitações específicas de deputados ou partidos.

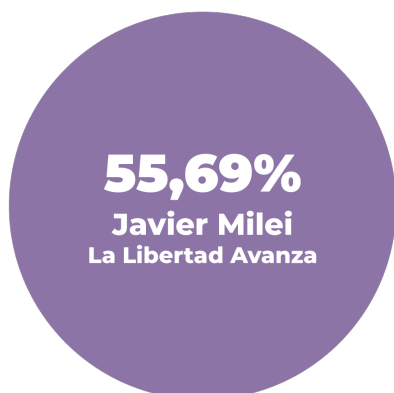
“Ao presidente argentino restam os gestos: prolongar um discurso histriónico enquanto negocia com partidos(...)”

Sem poder recorrer aos quadros militares – pelo estigma em relação à ditadura e pelo facto de as forças armadas argentinas terem sido financeiramente “esvaziadas” por sucessivos governos de esquerda e de direita –, Javier Milei acabou por oficializar a sua aproximação à política “tradicional” logo na sequência da primeira-volta da eleição presidencial (22 de Outubro), quando obteve o apoio da candidata Patricia Bulrich da coligação de centro-direita Juntos por el Cambio. O apoio a Milei foi concertado com o antigo presidente Mauricio Macri (2015 – 2019) e viria a consubstanciar-se na entrada de Bulrich e do seu candidato a vice-pre-

sidente, Luis Petri, para o novo governo, respectivamente, como ministros da Segurança e da Defesa. O ministro da Economia, Luis Caputo, também desempenhou as funções de ministro das Finanças e de governador do Banco Central no mandato de Macri.

Apesar desta coligação informal entre Milei e uma parte da direita moderada, o novo presidente assumiu uma atitude hostil em relação ao poder legislativo logo na tomada de posse, preferindo discursar no exterior do Congresso (de costas para o edifício) a fazê-lo perante os deputados e senadores. A ideia de um contacto directo com a população em detrimento dos seus representantes eleitos pareceu querer transmitir uma imagem de contorno às instituições. O primeiro gesto legislativo do novo governo também foi pelo mesmo caminho: o executivo aprovou um decreto de necessidade e urgência que atingia uma série de sectores do Estado (legislação laboral, política de privatizações, fiscalidade, etc.) e tentou apresentá-lo ao poder legislativo como um dado adquirido para ratificação.

Javier Milei, à semelhança de Jair Bolsonaro, optou por prolongar a estratégia da sua campanha eleitoral no governo, chegando a veicular a possibilidade de substituir o poder legislativo por referendos. Porém, as suas propostas passam por uma alteração mais profunda ao sistema político e económico do que a representada pelo antigo presidente brasileiro. O sector público e os sindicatos têm muito mais peso na Argentina do que no Brasil e uma pedra angular das propostas de Milei é, justamente, esvaziar o seu po-



der. Assim, torna-se fundamental um conjunto de alterações legislativas que requerem forçosamente o apoio da Câmara dos Deputados e do Senado.

Jair Bolsonaro conseguiu prolongar por mais de um ano a ideia de distanciamento em relação à classe política. Para Milei, o choque com a realidade foi muito mais rápido e o seu mandato depende de profundas alterações na legislação argentina que podem até colidir com a constituição do país. Ao presidente argentino restam os gestos: prolongar um discurso histriônico enquanto negocia com partidos, deputados e senadores da oposição a aprovação de medidas que distam muito do que prometeu em campanha. As palavras visam manter arregimentada a sua base de apoio, distraindo as atenções em relação ao seu comportamento institucional e colaborante com a “casta”.

Conclusão

Pedro Castillo e Keyko Fujimori no Peru; Gabriel Boric e José Antonio Kast no Chile; Jair Bolsonaro e Lula da Silva no Brasil; e Javier Milei e Sergio Massa na Argentina protagonizaram embates eleitorais que geraram a sensação de total ausência de pontos comuns entre os candidatos. Os cidadãos dos diferentes países latino-americanos estão, assim, hoje sujeitos a ciclos políticos cada vez mais curtos e a grandes alterações na forma e na substância em cada mudança de governo (presidente).

Javier Milei é mais uma dessas expressões, pretendendo implementar o programa econômico mais liberal

num dos países da região em que o Estado tem mais peso. Não nos deverá espantar se um seu sucessor procurar um dia reverter todas estas medidas.